

ATUAÇÃO DO MPCE

- 02/03/2023 - MPCE ajuíza ação para Município de Altaneira garantir direito a atividades extraclasse para professores
- 07/03/2023 - MPCE firma acordo para Prefeitura de Redenção implantar serviço de transporte escolar no prazo de 90 dias
- 07/03/2023 - MPCE recomenda que escola técnica do Crato regularize oferta de cursos de acordo com normas do Conselho Estadual de Educação
- 08/03/2023 - Caoeduc do MPCE define diretrizes do projeto “Ensino Médio, presente!”
- 16/03/2023 - MPCE cobra esclarecimentos da Prefeitura de Ipueiras sobre possível falta de merenda escolar no município
- 16/03/2023 - MPCE discute direitos do consumidor com estudantes da rede pública de ensino de Maracanaú
- 20/03/2023 - MPCE realiza reunião sobre implantação dos serviços de Psicologia e Serviço Social na Educação Básica do Ceará
- 22/03/2023 - MPCE recomenda que Prefeitura de Acaraú promova melhorias em escolas antes de Município implantar ensino em tempo integral

ATUAÇÃO DO OUTROS MINISTÉRIOS PÚBLICOS

- 02/03/2023 - MPSE fiscaliza obra na Escola Municipal Júlio Prado Vasconcelos e monitora transferência de estudantes - MPSE
- 06/03/2023 - MPAM expede Recomendação para que Prefeitura regularize merenda escolar, no Careiro Castanho - MPAM
- 06/03/2023 - MPAM propõe fluxo de ações para restabelecer cultura de vacinação nas escolas de Manaus - MPAM
- 06/03/2023 - ANAJATUBA – MPMA emite Recomendação sobre cobrança de material escolar em escolas municipais - MPMA
- 07/03/2023 - “Sede de Aprender” realiza visitas nas escolas de União dos Palmares, Santana do Mundaú e Marechal Deodoro onde constata irregularidades a serem sanadas - MPAL
- 07/03/2023 - SÃO LUÍS – Ministério Público mediará greve de professores da rede estadual - MPMA

- 07/03/2023 - MP participa do evento de implantação do Programa de Alfabetização na Idade Certa em São Miguel do Guaporé - MPRO
- 08/03/2023 - MP-AP realiza inspeção na Escola Estadual da comunidade da Padaria, em Laranjal do Jari
- 08/03/2023 - MPAM atua para firmar TAC por melhorias na educação indígena em comunidades de Maués - MPAM
- 08/03/2023 - MP aciona Brumado na Justiça para garantir monitores escolares para PCD - MPBA
- 09/03/2023 - Capacitação "Gestão de conflitos no contexto escolar" está com inscrições abertas - MPDFT
- 09/03/2023 - Promotoria realiza reunião para tratar sobre campanha de vacinação em escolas - MPPA
- 10/03/2023 - Educação: MP-AP discute melhorias do ensino em Santana - MPAP
- 10/03/2023 - Segunda edição do projeto "Escolas de Círculos de Paz" é realizada em Picos - MPPI
- 10/03/2023 - Força-Tarefa do Transporte Escolar do MPRO promove reunião com diretores de escolas ribeirinhas - MPRO
- 13/03/2023 - Em Miracema do Tocantins, promotora de Justiça fala sobre a atuação do Ministério Público no combate a casos de evasão e exclusão escolar - MPTO
- 13/03/2023 - MPTO e Sebrae levam reflexão sobre violência doméstica a 800 estudantes do Ensino Médio – MPTO.
- 14/03/2023 - Projeto "Você de volta" é apresentado ao Município de JP - MPPB
- 15/03/2023 - MPE instaura procedimento administrativo para apurar falta de água e saneamento em escolas de S. Sebastião - MPAL
- 15/03/2023 - TJMS nega recurso e mantém pedido do MPMS que obriga o Município de Campo Grande a restaurar escola histórica - MPMS
- 16/03/2023 - Juntos Pela Vida realiza primeira curadoria em 2023 de documentos em escolas inscritas no projeto - MPAM
- 16/03/2023 - Alunos da rede pública viabilizam E-book com recursos do Bapre - MPMT
- 17/03/2023 - MPAM promove apresentação do Projeto MP nas Escolas - MPAM
- 17/03/2023 - MPPA realiza roda de conversa com estudantes da rede municipal para abordar o consumo verde - MPPA
- 20/03/2023 - Ceaf retoma programa MP nas Escolas com transmissão ao vivo pelo YouTube e Cemeam - MPAM

- 20/03/2023 - MPMA promove palestra sobre educação inclusiva nesta quinta-feira - MPMA
- 21/03/2023 - MPAC participa do planejamento do ano letivo em escola com oficina de comunicação não-violenta - MPAC
- 21/03/2023 - Justiça atende MPPB e determina que Pitimbu publique informações sobre plano de educação - MPPB
- 22/03/2023 - Colégios São Paulo e Anchieta se comprometem a dar descontos para Ensinos Fundamental II e Médio - MPBA
- 22/03/2023 - Projeto NaMoral capacita professores para aplicar o projeto em escolas públicas - MPDFT
- 22/03/2023 - SÃO LUÍS – Reunião mediada pelo MPMA chega a nova proposta para professores em greve - MPMA
- 23/03/2023 - Reunião com instituições de ensino e poder público em Paracatu discute evasão escolar e reinserção ao ensino - MPMG
- 23/03/2023 - Estudantes do Cabo de Santo Agostinho e de Jaboatão dos Guararapes participam da Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher - MPPE
- 23/03/2023 - Caodec/MPPI orienta membros a acompanharem cumprimento da Lei que inclui combate à violência contra a mulher no currículo escolar - MPPI
- 23/03/2023 - PGJ-PI assina Pacto pela Educação durante lançamento de Gabinete para a efetividade da Educação no Piauí - MPPI
- 23/03/2023 - MPRR realiza evento sobre igualdade de gênero para alunos da rede estadual de ensino - MPRR
- 23/03/2023 - Ministério Público recomenda que Seduc instale biblioteca em escola da região Norte de Palmas - MPTO
- 24/03/2023 - Promotoria realiza capacitação com servidores da educação acerca da proteção dos direitos de crianças e adolescentes - MPPA

OUTRAS NOTÍCIAS

- 08/03/2023 – MEC participa das medidas para garantia de direito das mulheres
- 10/03/2023 - Governo Federal reajusta valores da alimentação escolar
- 10/03/2023 – Governo lança plataforma online para retomar obras em parceria com estados e municípios
- 15/03/2023 – Ministério da Educação investe na capacitação dos professores

17/03/2023 - FNDE realiza webinar sobre uso de recursos do PDDE em 2023

21/03/2023 – Educação étnico-racial e quilombola ganham foco no MEC

22/03/2023 – FNDE repassa R\$ 1,4 bilhões do Salário-Educação a estados, municípios e Distrito Federal

23/03/2023 – Ensino obrigatório de História e Cultura Afro-brasileira faz 20 anos

24/03/2023 – PAE liberado para preenchimento a partir de 24/3

ATUALIZAÇÃO LEGISLATIVA

Decreto nº 11.432 de 08 de março de 2023 – Regulamenta a Lei nº 14.214 de 06 de outubro de 2021, que institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual.

JURISPRUDÊNCIA

TJCE – APELAÇÃO - AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO AJUIZADO PELO MUNICÍPIO DE MULUNGU -VERBAS ORIUNDAS DO FUNDEF/FUNDEB - DÚVIDA SOBRE QUEM TERIA O DIREITO DE RECEBER PARCELA DESTACADA A TÍTULO DE HONORÁRIOS DE ADVOGADO. PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO AJUIZADA PELO MUNICÍPIO DE MULUNGU. VERBAS ORIUNDAS DO FUNDEF/FUNDEB. DÚVIDA SOBRE QUEM TERIA O DIREITO DE RECEBER PARCELA DESTACADA A TÍTULO DE HONORÁRIOS DE ADVOGADO. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA, DETERMINANDO O PAGAMENTO À PROFESSORA, EM DETRIMENTO DO ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA, AO FUNDAMENTO DE INEXISTÊNCIA DE CONTRATO DE HONORÁRIOS CELEBRADO ENTRE AS PARTES DEMANDADAS. REJEIÇÃO DA PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA POR CERCEAMENTO DE DEFESA, ANTE O NÃO ANÚNCIO DO JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE, E A NÃO REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PRÉVIA DE CONCILIAÇÃO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE PREJUÍZO PARA AS PARTES. APLICAÇÃO DO BROCARDO PAS DE NULLITÉ SANS GRIEF. PROFESSORES DO MUNICÍPIO DE MULUNGU. VERBAS ORIUNDAS DO FUNDEF/FUNDEB. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PRETENSÃO DE DESTAQUE E PAGAMENTO DIRETO AO ADVOGADO DO MONTANTE CORRESPONDENTE AO PERCENTUAL DE 20% DO VALOR RECEBIDO PELO PROFISSIONAL DO MAGISTÉRIO. CONTRATO FIRMADO EXCLUSIVAMENTE ENTRE O SINDICATO E O ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA. NÃO VINCULAÇÃO DOS FILIADOS SUBSTITUÍDOS. NECESSIDADE DA APRESENTAÇÃO DE CONTRATO CELEBRADO ENTRE O ESCRITÓRIO E A PARTE QUE TERÁ DESCONTADO O PERCENTUAL PACTUADO. INTELIGÊNCIA DO § 4º DO ART. 22 DO ESTATUTO DA ADVOCACIA. ITERATIVOS PRECEDENTES DESTA TRIBUNAL NO MESMO SENTIDO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. SENTENÇA CONFIRMADA. ACÓRDÃO ACORDA a Turma Julgadora da Segunda Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade, em conhecer da Apelação Cível, para, rejeitando a preliminar de nulidade da sentença, desprovê-la, nos termos do voto da Desembargadora Relatora. Fortaleza, 22 de março de 2023. RAIMUNDO NONATO SILVA SANTOS Presidente do Órgão Julgador TE-

REZE NEUMANN DUARTE CHAVES Relatora (Apelação Cível- 0007228-52.2018.8.06.0131, Rel. Desembargador(a) TEREZE NEUMANN DUARTE CHAVES, 2ª Câmara Direito Público, data do julgamento: 22/03/2023, data da publicação: 23/03/2023)

TJSP - AÇÃO CIVIL PÚBLICA – EDUCAÇÃO - NECESSIDADE DE ABERTURA DE TURMAS DE EJA

Disponibilização de turmas escolares destinadas ao ensino de jovens e adultos domiciliados nos Municípios Paulistas de Fartura e Taguaí. Alegação de péssimos índices de alfabetização e a necessidade de abertura de turmas EJA, independente do atingimento de suposto número mínimo de interessados. Interpretação da Resolução SE nº 02/16 sobre a exigência de número mínimo de 45 alunos interessados em frequentar o curso que viola o direito à educação previsto na Constituição Federal e LDB. Insuficiência dos serviços públicos de educação demonstrados. Dever do Estado de assegurar o direito à educação aos jovens e adultos que não tiveram acesso na idade própria. Precedentes. Multa diária. Adequação do valor arbitrado. Sentença mantida. Recurso conhecido e não provido. (Apelação Cível nº 1002311-41.2018.8.26.0187, Rel. Desembargador(a) VERA ANGRISANI, 2ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, data do julgamento 28/02/2023, data da publicação 01/03/2023)

TJMG – AGRAVO DE INSTRUMENTO – CRIANÇA DIAGNOSTICADA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA – RECLASSIFICAÇÃO ESCOLAR – MELHOR INTERESSE DO MENOR - RECURSO PROVIDO.

AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER - EDUCAÇÃO INFANTIL - DIREITO ASSEGURADO PELA CONSTITUIÇÃO E PELO ECA - CRIANÇA DIAGNOSTICADA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA - RECLASSIFICAÇÃO ESCOLAR - MELHOR INTERESSE DO MENOR - RECURSO PROVIDO. 1. A Constituição da República impõe, ao Poder Público, a obrigação de garantir educação básica e gratuita às crianças e adolescentes dos 04 (quatro) aos 17 (dezessete) anos. 2. Tanto o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº. 8.069/90) quanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº. 9.394/96) asseguram a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. 3. Considerando que os danos a serem suportados pela menor são inúmeros, caso seja compelida a progredir no Ensino Fundamental e que inexistente dúvida quanto ao seu direito à reclassificação na série em que lhe proporciona melhor desenvolvimento intelectual, físico e psicológico além da interação no ambiente educacional, a antecipação da tutela requerida deve ser deferida. (Agravo de instrumento nº 1.0000.22.231637-4/001 – COMARCA DE BELO HORIZONTE, Rel. Desembargador(a) Carlos Henrique Perpétuo Braga, 9ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, data de julgamento 02/03/2023, data da publicação nº 09/03/2023)